

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Janja disse que vai processar X, antigo Twitter, após ter conta hackeada e critica Elon Musk

A primeira-dama, Rosângela da Silva, conhecida como Janja, disse que irá processar a plataforma X, antigo Twitter, após ter sua conta hackeada na semana passada. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou sobre o assunto e disse ficar muito bravo com os ataques nas redes sociais contra sua esposa.

As declarações ocorreram durante transmissão ao vivo nas redes sociais denominada Conversa com o presidente desta terça-feira, 19. Ao lado de Lula, estava a primeira-dama.

“Eu não sei nem onde processar, se eu processo no Brasil, se processo nos Estados Unidos, porque processá-los eu vou, de alguma forma”, declarou Janja.

“A gente tem uma pesquisa, tem muitas pessoas públicas que têm as contas invadidas, como o primeiro-ministro da Austrália, então a gente tem que de alguma forma responsabilizar essas plataformas e regulá-las. O problema não é só do Brasil, é global.”

Na fala, Janja reclamou da demora para conseguir congelar sua conta na rede social após ter sido detectado o ataque hacker. “Foi tão difícil que o Twitter derrubasse, congelasse minha conta. Foi 1h30”, disse. Na se-



quência, ela criticou o dono do X, Elon Musk. “Elon Musk ficou muito mais milionário com aquele ataque. É essa a questão. A gente precisa não só a regularização das redes, mas a gente precisa discutir a monetização das redes. Porque hoje não importa se é do bem ou do mal”, disse Janja. Na sequência, Lula também cobrou uma regularização das redes sociais, mas pon-

tuou que fazer isso sem censura é um “desafio”.

“Temos que fazer uma regularização séria. Não só uma regularização para um país, mas para o mundo. A União Europeia já faz uma regularização, mas é preciso que todo mundo tome cuidado com isso”, comentou o petista.

O presidente disse ficar muito bravo com os ataques que a

primeira-dama recebe nas redes sociais. “As vezes fico muito puto da vida, estou falando a palavra puto de verdade, fico puto da vida com as pessoas que atacam ela pela internet”, comentou. “Fico puto porque eu nunca falei da mulher de um presidente, deputado, vereador. Acho uma canalhice a pessoa que faz isso. Fico puto por ela”, acrescentou.

Lula critica ‘passagem de R\$ 10 mil’ de Macapá a Brasília e diz que preço ‘não tem explicação’



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, segunda-feira, 18, o preço das passagens aéreas no Brasil e disse que o governo terá de “se debruçar” sobre o assunto. Ele deu as declarações em Macapá, capital do Amapá, onde foi entregar unidades do Minha Casa, Minha Vida e fazer anúncios na área de energia.

“De vez em quando uma passagem de avião daqui (de

Macapá, capital do Amapá) para Brasília chega a custar R\$ 10 mil. Não tem explicação”, disse o presidente. “Não tem explicação o preço das passagens de avião neste País. Essa é uma coisa que o governo vai ter que se debruçar, o Senado vai ter que se debruçar para a gente tentar encontrar uma solução”, disse Lula.

O governo do petista planeja um programa para baratear

preços de passagens aéreas, o Voa Brasil. A medida era esperada para este ano. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, porém, disse nesta segunda-feira que ficará para 2024.

A pasta anunciou na manhã desta segunda as primeiras medidas para redução dos preços das passagens aéreas.

O anúncio, feito em conjunto com representantes das com-

panhias aéreas, foi focado na promessa de maior volume de promoções.

O Voa Brasil foi mencionado pela primeira vez no primeiro semestre deste ano, quando o ministro de Portos e Aeroportos ainda era Márcio França. A ideia seria oferecer passagens a R\$ 200 para alguns setores da população. Segundo Costa Filho, a apresentação do programa deve ser na segunda quinzena de janeiro

**Ações estruturantes** - A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) avaliou em nota, nesta segunda, que o pacote de promoções de passagens feito pelas empresas aéreas em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos mostra “cooperação do setor aéreo com a agenda de democratização da aviação”. A entidade destaca que “somente com ações estruturantes e de longo prazo o setor poderá efetivamente ter redução de custos”.

A Abear apontou que, “em todo o mundo, as companhias aéreas ainda buscam neutralizar os impactos gerados pela maior crise de sua história” e que o preço das passagens no Brasil segue o movimento global, acompanhando o aumento dos custos do setor.

Eduardo Tuma é reeleito presidente do TCM-SP após atrito entre Corte e gestão Nunes

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) definiusegunda-feira, 18, a composição de sua direção para o exercício de 2024. Em sessão especial, o conselheiro Eduardo Tuma foi reeleito presidente da Corte, com apoio unânime do colegiado.

Já o conselheiro Roberto Bragaum foi reeleito vice-presidente, e Ricardo Torres assumiu o posto de conselheiro-corregedor. Domingos Dissei continua como dirigente do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), enquanto João Antonio permanece como dirigente da Escola de Gestão e Contas (EGC).

“Estamos promovendo mudanças na cidade, acolhido o cidadão paulistano, proporcionando a melhor política pública com a maior eficiência possível”, declarou Tuma, que seguirá no comando do TCM em 2024, ano em que o Tribunal estará sob os holofotes devido à eleição para a Prefeitura de São Paulo.

Em setembro passado, a Corte foi alvo de críticas do prefeito Ricardo Nunes (MDB) após publicar um relatório em que apontava um superfaturamento de R\$ 67,1 milhões em 18 obras emergenciais contratadas pela gestão do emedebista, entre 2021 e 2022. A



época, Nunes negou irregularidades e classificou o documento de irresponsável.

“Não há o que se falar em questão de superfaturamento. É uma irresponsabilidade fazer isso. Vai chegando perto da eleição e, evidentemente, todo mundo vai ficando exaltadinho”, disse o prefeito na ocasião. Antes

disso, em julho, Nunes teve outro confronto com a Corte, ao dizer para seus secretários que manifestações do TCM não deveriam ser respeitadas.

Para o ano que vem, Tuma definiu como principais objetivos o aumento da interação da Corte com a cidade e a modernização de sistemas.

Um dos destaques será a criação de um grupo de trabalho dedicado à Inteligência Artificial e suas potenciais aplicações no monitoramento das políticas públicas pelo TCM.

A posse da nova direção será na primeira sessão plenária ordinária do ano, prevista para 7 de fevereiro de 2024.

Pássaros apreendidos com Anderson Torres, indiciado por maus-tratos, morrem no Ibama

Algumas das aves apreendidas na casa do ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Anderson Torres, morreram ou fugiram sob os cuidados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Das 55 aves apreendidas, 16 morreram nos últimos meses e três teriam fugido. As informações são do jornal Metrôpoles e foram confirmadas pelo Estadão.

Os animais foram apreendidos em operações em fevereiro e abril deste ano e, desde então, estavam no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), em Brasília. Conforme a defesa de Torres, um laudo produzido pela Polícia Federal constatou que 13 aves morreram entre abril e maio, e outras três depois do mês de junho.

O Ibama informou que os pássaros que morreram já chegaram debilitados ao órgão. As causas estão sendo apuradas.

Procurado pelo Estadão, o advogado de Torres disse que foram feitos dois pedidos pela custódia dos pássaros, mas que ficaram sem resposta. A defesa afirma ainda que os pássaros não estavam debilitados quando chegaram aos cuidados do Ibama. Torres foi indiciado pela Polícia Federal (PF) no início de dezembro, por crimes de posse de animais silvestres, maus-tratos, falsificação de selos e falsidade ideológica. Em fevereiro, quando o ex-ministro já estava preso por suposta omissão nos ataques de 8 de janeiro, sua residência foi alvo de uma operação de agentes do Ibama, que resultou em multas de R\$ 34 mil.

AGU recorre ao STF contra dez leis estaduais e municipais que facilitam acesso a armas

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu a suspensão de 10 leis municipais e estaduais, aprovadas entre 2018 e 2023, que facilitam o acesso da população a armas de fogo. As ações foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF) na última segunda-feira, 18, e são assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

tuição do Estado, incluído pela Emenda Constitucional 117, Espírito Santo: assegura aos integrantes da Polícia Científica o porte de arma de fogo em todo o Estado, observado o disposto em legislação própria.

Lei 5.892/2022, Mato Grosso do Sul: dispõe sobre o reconhecimento, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, do risco da atividade de atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas.

Nas ações, a AGU contesta a constitucionalidade das leis aprovadas, uma vez que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre uso de armamento, e não aos Estados e municípios.

Deputados da oposição, no entanto, articulam projeto para mudar essa realidade, dando aos entes de federação mais autonomia para legislar sobre armas e tirando esse controle das mãos do governo federal.

Confira a lista de leis de estados e municípios que são questionadas pela União:

Lei 8.655/2022, Alagoas: dispõe acerca de regras atinentes aos atiradores desportivos, caçadores, colecionadores e armeiros no âmbito do estado de Alagoas.

Art. 55, II, da Lei Complementar 55/1994, Espírito Santo: assegura aos integrantes da Polícia Científica o porte de arma de fogo, em todo o Estado, observado o disposto em legislação própria.

Lei 11.688/2022, Espírito Santo: reconhece a atividade de risco e a efetiva necessidade de porte de armas de fogo aos profissionais vigilantes e/ou seguranças que trabalham em empresas públicas e/ou privadas no Estado do Espírito Santo. Art. 126, parágrafo 3º, da Consti-

Lei 23.049/2018, Minas Gerais: dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo.

Lei 6.329/2022, Município de Muriaé (MG): reconhece o risco da atividade de colecionador, atirador desportivo e caçador, integrantes de entidades de desporto.

Lei 21.361/2023, Paraná: reconhece, no Estado do Paraná, a atividade dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores como atividade de risco, configurando efetiva necessidade e exposição a situação de risco à vida e incolumidade física, conforme os termos do art. 10 da Lei Federal 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Lei 1.670/2022, Roraima: dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidade de desporto legalmente constituída.

Lei 9.011/2022, Sergipe: dispõe sobre o risco da atividade de atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas, nos termos do art. 6º, “caput” e inciso IX, da Lei (Federal) 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Polícia mata 9 na fronteira do Paraguai com o Brasil; alvo fornecia armas para o PCC

Uma operação da polícia paraguaia e da Polícia Federal brasileira contra uma organização criminosa ligada ao tráfico internacional de drogas e armas deixou ao menos 9 suspeitos mortos, na manhã de ontem, 19, na fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul. Um arsenal com armas de guerra foi apreendido.

O alvo era Felipe Santiago Acosta Riveros, o “Macho”, suspeito de fornecer armas para a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). O brasileiro Ricardo Luis Picolotto, o “R7”, apontado como braço direito de “Macho”, foi preso na operação.

A Operação Ignis, deflagrada pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), com apoio da força-tarefa conjunta com a PF do Brasil e o Ministério Público do Paraguai, atacou o quartel-general de “Macho” em uma fazenda nos arredores de Salto del Guairá, cidade paraguaia do departamento de Canindeyú que faz fronteira com a brasileira Guairá, no Paraná, e Sete Quedas, em Mato Grosso do Sul. O ataque aconteceu por terra e pelo ar, com helicópteros. Quando as equipes chegaram, foram recebidas a tiros pelos seguranças do criminoso. Houve confronto e nove suspeitos morreram. Não houve baixa entre os policiais.

PUBLICIDADE LEGAL

**Caltabiano McLarty Participações S.A.**  
CNPJ nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796  
Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 26/12/2023 às 13:00 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei nº 14.030/2020 e nos termos da Lei nº 6.404/1976, para deliberar sobre a distribuição dos resultados acumulados e outros assuntos de interesse da sociedade. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Extraordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. São Paulo, 19/12/2023. **Alessandro Portella Maia**, Diretor Presidente.